

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE NOVEMBRO DE 2014

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Octávio Augusto Fernandes, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, a fim de se realizar a terceira Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente a Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier, que secretariou a Reunião; e a Chefe de Unidade de Administração Geral, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro

Ainda esteve presente, o Chefe do Gabinete de Apoio, Miguel José Abrunhosa Martins.

Eram nove horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

O Sr. Presidente deu as boas vindas ao Sr. Vereador, Octávio Augusto Fernandes, saudando-o.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PONTO 1 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se a aprovação documentos previsionais para o ano de 2015: Grandes Opções do Plano e Orçamento.

O referido documento integra em anexo, e para aprovação, o Mapa de Pessoal para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; a Autorização Prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e para os efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; e a Autorização Genérica com limites à concessão de isenções totais ou parciais relativamente

aos impostos e outros tributos, nos termos do previsto no n.º 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Mais se propõe que os documentos acima referidos sejam submetidos para aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente apresentou sumariamente os documentos previsionais, tecendo algumas considerações, nomeadamente sobre o montante de Fundos Comunitários, estimado, sobre o Projecto de Reabilitação Urbana referindo-se ainda aos princípios orçamentais, tendo de seguida apresentado a seguinte intervenção:

Intervenção do Sr. Presidente

“Trabalhar com confiança e realismo, em diálogo e proximidade, mobilizando as energias e o saber da comunidade local, ativando a cidadania, a solidariedade e o sentido de pertença dos Bragançanos, por forma a consolidar as bases para o futuro sustentável de Bragança, será o nosso desígnio para o triénio 2015-2017.

No presente documento previsional foram definidas as prioridades de investimento e ações que consideramos serem exequíveis e estão em harmonia com a Missão do Município de Bragança e os objetivos estratégicos traçados (tendo por base a análise SWOT previamente realizada), sem comprometer o necessário equilíbrio financeiro das contas municipais, apesar da redução da carga fiscal (IMI), assentes em quatro pilares fundamentais: - Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; - Coesão Social; - Desenvolvimento Económico e Competitividade; Reabilitação Urbana.

Os recursos humanos, o ativo mais valioso do Município de Bragança, assumem um papel fundamental, pois são eles os verdadeiros obreiros desta casa e que, diariamente, dão o seu melhor em prol do bem comum, pelo que terão sempre uma atenção especial.

Na área social foi definido um conjunto de medidas que visam o desenvolvimento integrado do Concelho, centrado nas pessoas, que garante iguais oportunidades para todos e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente dos mais carenciados e desfavorecidos,

através do apoio à construção de equipamentos sociais, cuja responsabilidade é das Instituições Particulares de Solidariedade Social, à realização de obras para a melhoria das condições habitacionais de famílias carenciadas, tanto na cidade como no meio rural.

Os apoios sociais escolares assumem uma grande importância e ajuda para as famílias, pelo que continuaremos a garantir a gratuitidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos carenciados enquadrados no escalão 1 e a redução de 50% para os alunos do escalão 2, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Evidencio o alargamento, pela primeira vez, dos apoios escolares ao escalão 3 (onde se enquadram muitas famílias com rendimentos mensais médios), através da comparticipação de 25% das despesas com alimentação e manuais escolares, para os dois níveis de ensino supra referidos, traduzindo-se numa despesa de cerca de 100 mil euros.

Ainda na área social, especial referência para a manutenção da redução de 70% no tarifário de água, saneamento e resíduos para famílias carenciadas e, ainda, neste âmbito, o apoio às famílias numerosas, medidas que consideramos serem amigas das famílias e da natalidade.

Também os jovens não foram esquecidos, porque consideramos que o futuro deste Concelho passará pela criação de melhores condições para a fixação e atração de jovens, com o objetivo de transformar Bragança num centro criativo e inovador.

O Desenvolvimento económico e o reforço da competitividade territorial de Bragança são prioridades a prosseguir no próximo triénio, através da implementação de um plano de ação que potencie a inovação, a criatividade, o espírito empreendedor e o sentimento de pertença da comunidade, reforçando a notoriedade de Bragança em Portugal e no Estrangeiro, criando mais riqueza e emprego para todos, nomeadamente para os mais jovens.

Destaque, neste âmbito, para o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark e a implementação do Programa de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano de Bragança, que assumirá um papel relevante na promoção turística do Concelho.

A Reabilitação Urbana é, igualmente, uma aposta para os próximos anos, aproveitando e canalizando os fundos do quadro comunitário “Portugal 2020” para a dinamização da Área de Reabilitação Urbana (ARU), recentemente criada, por forma a revitalizar o centro histórico da cidade, criando novas dinâmicas de população e atividade económica para esse espaço polarizador e estruturante da cidade.

As Juntas e Uniões de Freguesia, principais parceiros da Câmara Municipal e agentes locais de desenvolvimento e proximidade das populações, continuarão a ser apoiadas de forma significativa.

Com o contributo e envolvimento de todos, estou certo que construiremos um Concelho melhor, mais justo, solidário, competitivo, desenvolvido e coeso, que seja motivo de orgulho para todos os Bragançanos.”

Seguidamente o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os documentos previsionais para o ano de 2015

Intervenção do Sr. Vereador, Octávio Fernandes

“Sendo as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 um documento muito extenso e de bastante complexidade, estudar o *dossier* em três dias não é tarefa fácil.

Considerando também que estou em substituição e tenho estado um pouco afastado destas funções, tenho algumas dúvidas e questões que gostaria de poder esclarecer e sugestões a apresentar.

No ponto 7.4 sobre Reabilitação “Centro Histórico da Cidade”:

- Ter em atenção a ligação afetiva do brigantino com os testemunhos histórico-culturais, costumes e outras vivências;
- Ter em atenção a relação de conforto entre o nosso clima (de extremos) e as soluções arquitetónicas e materiais usados (texturas e cores).

No ponto 8 da página 21, 1.º e 2.º parágrafos:

- Registamos com agrado a ligeira redução do IMI. Foi equacionada a descida do IRS? Recomendamos a sua descida.

No ponto 9.2.4 da página 30, sobre Habitação Social:

- Quantos pedidos de habitação social se encontram pendentes?
- Existe previsão de entrega a curto prazo, quantas unidades?

- Qual o critério para entrega?
- Dado o período difícil que atravessamos, recomendamos uma especial atenção nesta matéria.

No ponto 9.2.5 da página 33, parágrafo 5.º, sobre o Meio Ambiente:

- Registamos com muito agrado a construção do Parque Urbano da Trajinha, contudo, perguntamos se o projeto tem garantias de financiamento?

No ponto 9.3.1 da página 45, 3.º parágrafo, a experiência diz-nos que, para além de criarmos determinadas condições, há necessidade de uma vigilância e fiscalização deveras apertadas e punição severa ao infrator (no que respeita à caça e pesca).

Lembramos que esta área tem um forte impacto no Turismo e conseqüentemente na economia da região. Merece uma atenção articulada de todas as entidades locais e não só.

No ponto 9.3.4, página 49, sobre Mobilidade:

- Rossas / Pinela, reforçamos a necessidade de execução urgente de obras dado o estado calamitoso em que a via se encontra. Para quando a adjudicação da obra?
- Como forma de prevenção, recomendamos que haja um plano articulado com as Juntas de Freguesia no que respeita ao corte de arvoredo nas margens da via de circulação (estradas e caminhos). Por vezes, em lugares perigosos (ravinas) é a vegetação que pode evitar uma tragédia em caso de acidente automóvel (despiste). Deverá respeitar-se uma faixa de segurança.

Ainda no mesmo ponto, parágrafo 14, sobre Estudo de viabilidade IP2/Bragança/Sanábria:

- Por ter lido ou ouvido, tenho vaga ou remota ideia de que os espanhóis terão manifestado pouco interesse nesta obra.
- Gostava que, dentro do seu conhecimento, me informasse do que melhor lhe aprouver, sobre o assunto e em que ponto da situação se encontra o estudo de viabilidade.”

Respostas do Sr. Presidente às questões colocadas pelo Sr. Vereador

De momento temos alguns pedidos de habitação social. Não dispomos de habitações sociais devolutas. Quando estas surgem, as mesmas são reabilitadas e são entregues, de acordo com os critérios aprovados no âmbito da Habitação Social.

O projeto do Parque Urbano da Trajinha, é um projeto para tornar o espaço mais atrativo e vivenciado pela população.

Sobre o Estudo de viabilidade IP2/Bragança/Sanábria, o que o Sr. Vereador ouviu foram as declarações do Alcalde de Puebla de Sanábria que o governo espanhol está menos interessado do que o português, mas estamos unidos na construção desta ligação.

O Presidente do “Eixo-Atlântico” enviou comunicação à Ministra Ana Pastor a dar conta da necessidade de construção desta ligação, resultado da reunião da Comissão Executiva do E. A. realizada em Bragança.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

- Na página 12, relativamente ao enquadramento macroeconómico (ponto 5), acredita sinceramente neste quadro favorável para 2015?
- Na página 13, quanto às oportunidades (ponto 6.1.1), relativamente à capacidade de fixação e atração, acredita que para o futuro o concelho vai atingir este objetivo?
- Ainda na página 13, no mesmo ponto, acredita que estão criadas as condições no curto e médio prazos para o desenvolvimento de turismo de montanha e natureza?
- Relativamente à página 21 está escrito que se prevê “um ligeiro aumento das transferências para os municípios”. Na proposta do orçamento de Estado para 2015, qual o aumento da transferência para o Município?
- Solicitamos esclarecimentos adicionais ao Sr. Presidente relativamente ao penúltimo e últimos parágrafos da página 21, onde é abordado o Fundo de Apoio Municipal, relativamente ao seu funcionamento e aos montantes envolvidos.
- Na página 24 é descrita a vontade de “promover uma contínua articulação e espírito de colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesia”. Para quando a transferência de competências para as Juntas de Freguesia?

- No ponto 9.2.1 – Educação, na página 24, é inscrita a vontade de instituir o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem. Este prémio será atribuído por agrupamento ou para todo o concelho?
- Ainda na mesma página (24) e no ponto de Ensino Pré-Escolar, quantos quadros interativos estão colocados nos jardins-de-infância? Quanto custa cada um?
- Não fica clara a abrangência do projeto Sorrir Branquinho descrito na página 25. O projeto é para “novos jardins-de-infância”, tal como citado no texto, ou para todos os jardins-de-infância do concelho?
- Ainda na mesma página (25) no ponto que diz respeito ao ensino Básico está prevista a execução de despesa num valor total de 657.000 euros. Sendo que desse montante 400.000 euros são para aplicar em transportes escolares, acredita o Sr. Presidente que o montante remanescente, de 257.000 euros, é suficiente?
- Na página 28, no ponto Saúde, refere que uma das iniciativas será a da promoção de “caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural”. Quantas freguesias estão a ser contempladas com este tipo de projetos?
- Ainda no mesmo ponto (Saúde) e na mesma página (28) houve já encontros com o Governo e com a Direção da ULS para a identificação do que deve ser requalificado e ampliado, “face ao atual cenário de alguma degradação de determinadas espaços e serviços”?
- Ainda no mesmo ponto (Saúde) e na mesma página (28) que contactos houve para que fosse criado “um Centro de Respostas Integradas e de um novo Laboratório Distrital de Saúde Pública”?
- Relativamente ao ponto 9.2.3 Ação Social, na página 29, porque não a redução de 100% para os manuais escolares, transporte e alimentação para todos os alunos carenciados dos 1.º, 2.º, e 3.º escalões do Ensino Pré-Escolar e Ensino Básico?
- Na página 31, no ponto 9.2.4 Habitação, é referida a vontade de “beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens”. Em que moldes vai funcionar este tipo de habitação social?

- Os projetos apresentados para execução na página 31 no ponto 9.2.5 Saneamento, estão dependentes de apoios comunitários?
- Está assegurado que o preço da água não subirá com “gestão a passar para a ATMAD”, conforme descrito na página 32, no ponto 9.2.5 Águas?
- Para quando a construção de um pavilhão multiusos para as mais diversas valências?
- Está prevista a construção de campos de apoio ao Estádio Municipal?
- Na página 44, ponto 9.2.7 Juventude, está prevista a participação dos jovens carenciados do concelho nas Férias Desportivas e Culturais?
- Para quando a efetiva realização da Feira do Gado, tal como descrito na página 45, no ponto 9.3.1 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca?
- Ainda na mesma página (45) e no mesmo ponto (9.3.1 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca), a Norçaça, Norpesca e Norcastanha vai continuar nos mesmos moldes ou pensa incutir um novo impulso ao certame, juntamente com as Associações do Sector?
- Já começaram os contactos com a tutela para a “nova forma organizativa de exploração da Zona Nacional de Caça da Lombada”, tal como descrito na página 46, no ponto 9.3.1?
- Ainda na página 46, no ponto 9.3.1, a construção das barragens de Nogueira, Parada e de Macedo do Mato são apenas meros processos de intenções ou pensa que estes processos terão algum acolhimento junto dos organismos competentes?
- Em que consiste a “incubadora sem paredes”, descrita na página 47, no ponto 9.3.3 Estabelecimentos Industriais?
- Ainda no mesmo ponto (9.3.3) e na mesma página (47) que empresas já estão incorporadas no Brigantia EcoPark?
- A ampliação da Zona Industrial, descrita na página 48 ponto 9.3.3, continua dependente de apoios de fundos comunitários? Com esta ampliação, que futuro prevê para a Zona Industrial de Mós?
- Porque não isentar todos os investidores privados de derrama e de todas as taxas de licenciamentos, ao contrário do que proposto na página 48 no mesmo ponto, em que essa proposta de isenção é apenas fixada para o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark?

- Na página 49, no ponto 9.3.4 Mobilidade, é referida a repavimentação da EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela. É um processo de intenções ou é mesmo para executar?
- A candidatura para a constituição de um Fundo Imobiliário, descrito na página 53 no ponto 9.4 Reabilitação Urbana, já está a ser trabalhada?
- A requalificação da Avenida João da Cruz, descrita na página 54 no ponto 9.4 Requalificação Urbana, é o mesmo projeto apresentado pelo anterior executivo ou estamos perante um novo projeto?
- Ainda na mesma página (54) e no mesmo ponto (9.4) refere a “instalação de serviços públicos no Centro Histórico”. Que outros serviços estão previstos serem instalados no Centro Histórico?
- Ainda na mesma página (54) e no mesmo ponto (9.4), em que moldes vai ser feita a requalificação do espaço público da Av. Sá Carneiro?
- Na mesma página (54) e no mesmo ponto (9.4), o que se pretende com a requalificação paisagística do Rio Fervença?
- No ponto 15 Colaboração com as Juntas/União de Freguesia, nas páginas 86 e 87, quais foram os critérios utilizados para a atribuição dos referidos montantes? Foram ouvidos os Presidentes de Junta?

Respostas do Sr. Presidente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores

“Relativamente ao enquadramento macroeconómico se não acreditasse neste quadro favorável para 2015, com certeza não constaria do documento.

Quanto às oportunidades e relativamente à capacidade de fixação e atração, é um objetivo e acredito que para o futuro o concelho o vai atingir.

Sim, acredito que estão criadas as condições no curto e médio prazos para o desenvolvimento de turismo de montanha e natureza.

Tendo por base a proposta do orçamento de Estado para 2015, o aumento da transferência para o Município de Bragança (FEF, FSM e IRS) é de 746 996,00 euros.

O Fundo de Apoio Municipal, pretende apoiar os municípios com dificuldades financeiras. Contribuem todos os municípios e os que estão com dificuldades financeiras podem recorrer ao mesmo, como forma de se financiar.

Para o Município de Bragança acarreta uma despesa total de 1.506.185,25 euros, até ao ano 2021, que será efetuada em 7 anos, conforme comunicação da DGAL cuja cópia lhe podemos fornecer.

A transferência de competências para as Juntas de Freguesia está prevista para o ano de 2015.

Sobre o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem, ainda vamos definir os critérios, ou por agrupamento ou para todo o concelho. Quando estiverem devidamente definidos os critérios, esse assunto será remetido para a Câmara Municipal para aprovação.

Sobre o ponto do Ensino Pré-Escolar, os dois Centros Escolares e os jardins-de-infância da Estação e Santiago estão equipados com quadros interativos.

O projeto Sorrir Branquinho de momento está desenvolvido nos “novos jardins-de-infância”, porque todos aderiram, mas vai ser alargado a todos os jardins-de-infância do concelho. Pretendemos ainda, que adiram à escovagem em contexto escolar.

No que diz respeito ao Ensino Básico, o valor inscrito deverá ser suficiente.

Das iniciativas de promoção de “caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural”, aderiram 5 freguesias na parte do desporto e mais de 20 na parte das caminhadas, muitas vezes dependente da disponibilidade e interesse dos munícipes. Temos dado resposta às solicitações das freguesias.

No ponto da Saúde, sim já houve contactos com o Ministro da Saúde para que fosse criado “um Centro de Respostas Integradas e de um novo Laboratório Distrital de Saúde Pública”. Na altura resultou uma intervenção no bloco operatório, criaram-se as condições necessárias para o seu funcionamento. Dos contactos estabelecidos ao nível do Ministério, vamos ver se conseguimos dar um novo impulso a esta situação.

Relativamente à Ação Social, a resposta é para alunos carenciados do 1.º escalão. Numa atitude de justiça social não seria correto a atribuição para agregados familiares com rendimentos para suportar essas despesas. É preferível que quem tem possibilidades, capazes de suportar despesas com manuais escolares, transporte e alimentação e quem não pode, seja

beneficiário de apoio social. O apoio do município já foi alargado até ao 3.º escalão do abono de família e estamos a abranger um leque grande de famílias apoiadas praticamente todas. Não temos capacidade para redução de 100% a tudo.

A beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens, vai funcionar nos mesmos moldes para habitação social no sistema de renda apoiada.

Dos projetos apresentados para execução na área do Saneamento, apenas um está dependente de apoios comunitários, que é o do Matadouro Municipal, no entanto se a candidatura não for aprovada fá-lo-emos na mesma.

Relativamente às Águas e sobre a “gestão a passar para a ATMAD”, o objetivo é que não haja aumento do preço da água, é isso que defendemos sempre. No entanto não temos garantias que o preço da água não subirá.

Gostaríamos de concretizar a curto prazo a construção de um pavilhão multiusos para as mais diversas valências. Vamos tentar dispor de fundos comunitários para o efeito.

Não está prevista a construção de campos de apoio ao Estádio Municipal.

Está prevista a participação dos jovens carenciados do concelho nas Férias Desportivas e Culturais, como sempre esteve.

Como tem conhecimento, o processo do Recinto para a realização da Feira do Gado está em fase de licenciamento, enquanto não obtivermos autorização por parte das entidades competentes, não podemos efetivar a realização da Feira do Gado.

Os relatórios sobre a realização da “Norçaça, Norpesca e Norcastanha”, ainda não foram entregues pelos técnicos. Portanto de momento não dispomos de elementos para a questão apresentada. É sempre nosso objetivo melhorar os eventos em anos futuros. Com a realização deste ano, podemos sempre melhorar alguns aspetos no ano seguinte.

Sim, já começaram há algum tempo os contactos com a tutela para a “nova forma organizativa de exploração da Zona Nacional de Caça da Lombada”. Estes contactos têm vindo a manter-se. Até já foi apresentada uma proposta por parte do Município de Bragança para a gestão partilhada da Zona Nacional

de Caça da Lombada com a tutela. Existe ainda alguma resistência da parte do ICNF e do Ministério.

A construção das barragens de Nogueira, Parada e de Macedo do Mato são processos a que os organismos competentes têm sido sensíveis. O Município de Bragança tem reivindicado e inclusive tem feito muitas charcas, para dotar o território com água, como meio de apoiar a agricultura.

O projeto “incubadora sem paredes”, consiste num espaço geográfico amplo, em que determinados empreendedores podem instalar os seus negócios onde pretenderem, em qualquer edifício disponível e aí desenvolver o seu projeto.

Ainda não temos empresas incorporadas no Brigantia EcoPark, mas existem várias candidatas, algumas para criação de novos empregos e outras já criadas.

A ampliação da Zona Industrial contínua dependente de apoios de fundos comunitários. O futuro esperado para a Zona Industrial de Mós é o crescimento em termos de empresas instaladas.

A proposta de isenção de todas as taxas de licenciamento é apenas para o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark. Quanto à derrama é um imposto que não é cobrado por este Município a nenhuma empresa.

A repavimentação da EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela é para executar.

A candidatura para a constituição de um Fundo Imobiliário, está pensada e será trabalhada.

A requalificação da Avenida João da Cruz, é o mesmo projeto apresentado pelo anterior executivo. A requalificação da Avenida João da Cruz será sempre uma questão sensível, devidamente trabalhada para ir ao encontro dos anseios de todos. As alterações previstas no projeto para requalificação desta zona urbana, têm em vista uma solução conjunta, que vá ao encontro de todos. O objetivo é claro, melhorar aquele espaço.

Temos alguns serviços públicos previstos para serem instalados no Centro Histórico, que não passam, de momento, de intenções. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, para a instalação de mais serviços públicos no Centro Histórico.

Ainda não está definida a requalificação do espaço público da Av. Sá Carneiro. Dispomos de um projeto muito ambicioso, vamos fazer arranjos de forma a tornar esta via numa avenida mais atrativa. Esta avenida já foi incluída na ARU, para que os condóminos e comerciantes possam beneficiar de apoios.

A requalificação paisagística do Rio Fervença, consiste em melhorar a margem direita do rio, junto ao Centro Ciência Viva de Bragança.

Foram utilizados os mesmo critérios dos anos anteriores para a atribuição dos montantes para as Juntas/Uniões de Freguesia, correspondentes a sensivelmente uma tranche do FEF atribuído às freguesias na LOE, ou seja um valor superior a ¼ do valor anual do FEF. Não foram ouvidos os Presidentes de Junta.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, e três abstenções, dos Srs. Vereadores, Victor Pereira, Octávio Fernandes e André Novo, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2015 – Grandes Opções do Plano e Orçamento, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos e em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para os efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Declaração de voto Sr. Vereador, Octávio Fernandes

“No global, concordamos com todas as propostas contudo, parece-nos faltar um sentido estratégico de futuro, em grandes linhas estruturantes, de impacto no desenvolvimento sustentado do Concelho.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Este plano e orçamento foi gizado num cenário macroeconómico irrealista já que as previsões do governo são contraditadas pela OCDE que prevê para o ano de 2015 uma desaceleração no investimento e na procura externa.

A análise SWOT apresentada contém pressupostos irrealistas e duvidosos, nomeadamente a capacidade de fixação da população já que todos os dias assistimos à perda e saída de população, na procura de melhoria das suas condições de vida.

A referência que é feita às áreas protegidas com elevado potencial não deixa de ser caricato já que assistimos todos os dias ao degradar de infraestruturas, áreas pouco preservadas através de uma política de destruição e esquecimento do poder central da qual o Município de Bragança sempre se alheou.

Em relação ao número crescente de empresas que se têm instalado no concelho, isto revela uma visão deturpada, diríamos até irresponsável visto que o tecido empresarial tem sido devastado por insolvências e encerramento de unidades que deveriam preocupar dirigentes e políticos com responsabilidades acrescidas.

No que diz respeito aos equipamentos públicos a médio e a longo prazo podem tornar-se um sorvedouro de dinheiro que poderão ajudar a por em causa a sustentabilidade financeira do concelho.

Tudo isto, aliado aos pontos fracos mencionados, como sejam o envelhecimento da população, a escassez de emprego para os jovens, a falta de conclusão de vias de comunicação como a A11 – Zamora a Quintanilha, a ligação à A52 à Puebla de Sanábria, o saneamento de serviços públicos, bem como a falta de uma visão estratégica para o concelho pode levar-nos, no futuro, a prospetar um concelho adiado, envelhecido, despovoado e com perspectivas de futuro, infelizmente, pouco animadoras.

Analisando os objetivos estratégicos para os anos de 2015-2017, parece-nos que profundas melhorias terão de ser implementadas para a prossecução dos objetivos traçados, nomeadamente na gestão, organização interna e relacionamento com os cidadãos, em que outras políticas terão de ser implementadas para contribuir para o bem estar, o espírito de grupo e a união de trabalhadores e, também, para aumentar a satisfação dos munícipes em relação aos serviços prestados, como será importante alterar comportamentos relacionais e de cooperação com parceiros estratégicos, nomeadamente as Juntas de Freguesia.

Ao nível da coesão social um longo caminho terá de ser percorrido para promover um concelho solidário, inclusivo com oportunidades para todos. Será fundamental que se leva a cabo uma política cultural, não somente elitista, mas também com incidência na defesa do património, das tradições, na elaboração de um roteiro concelhio que proporcione a quem nos visita um contacto com as raízes mais profundas de um povo com costumes, tradições e rituais seculares.

Será importante um maior investimento na educação e desporto com objetivo de ajudar a garantir um melhor futuro para os nossos jovens.

Para prosseguir os objetivos do desenvolvimento económico e de competitividade é fundamental levar a cabo políticas de atração de investidores, de apoio às pequenas e médias empresas, da criação de um gabinete de empreendedorismo e de inovação, de uma política de abaixamento de taxas e de impostos municipais.

Será fundamental também potenciar os recursos endógenos, apoiar a agricultura através de um gabinete de apoio ao agricultor.

Potenciar e desenvolver estratégias de turismo que potenciem a marca Bragança e não episódios pontuais que nada promovem e muito menos divulgam o nosso território.

Esperamos que ao nível da reabilitação urbana, nomeadamente a reabilitação do Centro Histórico, seja uma efetiva realidade a fim de proporcionar aos investidores e à população em geral oportunidades de negócio e atividades lúdicas e culturais.

Estamos perante um plano e orçamento que contém ideias seguidistas na continuidade do que vinha a ser praticado por este e o anterior executivo.

Existe um efetivo aumento de receitas provenientes das transferências para os municípios. Por outro lado, os impostos diretos, como o IMI, aumentam significativamente à semelhança dos anos anteriores, bem como as taxas, multas e outras penalidades. De notar também o aumento de participação no IRS, que o executivo teimosamente mantém para arrecadar para os seus cofres.

Com esta política de ausência fiscal de incentivos, pensamos que o caminho a percorrer se tornará penoso e em nada ajudará o desenvolvimento económico, social e à fixação de população no concelho.

Em termos de coesão social, dada a gravidade da situação que o país atravessa, seria de toda a conveniência apostar numa política de inclusão de apoio às famílias que se encontram em situações precárias. Aliás, em termos de educação, seria de toda a conveniência o alargamento do escalão A de forma a abranger mais alunos provenientes de famílias necessitadas que vivem situações prementes a todos os níveis.

Como será da maior importância rever e equacionar a política de aquisição de manuais escolares, como forma de chegar à grande maioria das famílias do concelho.

Será também da maior importância estabelecer mais parcerias e formas de colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança a fim desta instituição se tornar efetivamente uma mais-valia para o concelho e para a região.

Em termos de habitação social julgamos que o plasmado no plano é pouco para a urgência de reabilitação de imóveis em franca degradação.

No que concerne ao ambiente e sustentabilidade não podemos deixar de notar pouca preocupação para com o sector do saneamento básico, visto que se fazem depender as obras de candidaturas aos fundos comunitários.

No sector das águas preocupa-nos os altos preços praticados que oneram ainda mais as famílias que podem vir a ser ainda mais afetadas com a passagem da gestão para a ATMAD com a conclusão de Veiguiñas.

Na atividade sanitária e veterinária municipal não encontramos neste plano diretrizes, estratégias, compromissos a fim de serem resolvidos os problemas de cães e gatos abandonados que têm preocupado associações e particulares e que publicamente têm dado conta da necessidade de construir um canil municipal.

Em termos culturais e desportivos julgamos que os montantes vertidos no plano são escassos dado que esta componente, devido à sua importância no desenvolvimento harmonioso dos cidadãos, mereceria outra atenção.

Seria necessário equacionar um novo espaço multiusos para a prática desportiva e redimensioná-lo para outras atividades de índole económica, social e cultural.

As férias desportivas e culturais terão de ser um instrumento de socialização, integração e inclusão dos jovens menos favorecidos e não uma fonte de receita para a Câmara Municipal. Assim como as festas académicas que terão de ser objeto de outros apoios e não apoios meramente logísticos e circunstanciais, dado que são dos eventos que mais pessoas trazem ao nosso concelho.

Na vertente desenvolvimento económico e competitividade, a fraca aposta na agricultura, pecuária, silvicultura e pesca revela a pouca importância dada a um sector que é fundamental para a nossa economia e coesão social.

No plano do comércio e indústria continua a não se vislumbrar uma estratégia de apoio aos comerciantes e industriais. Também não entendemos a contínua ausência de linhas de orientação para atrair empresas e investidores para se fixarem no nosso território. Como não está claro no plano se a ampliação da zona industrial das Cantarias está dependente ou não de apoios comunitários.

Parece-nos importante a continuação das reivindicações das ligações A11 – Zamora a Quintanilha e a ligação à A52 à Puebla de Sanábria.

No sector do Turismo, apesar de haver algumas melhorias na prossecução dos objetivos a atingir, julgamos que urge criar um plano sério, integrado e sustentado para promover a marca Bragança e potenciarmos uma vertente económica que nos possa ajudar a superar as dificuldades em que nos encontramos, criando riqueza, trazendo gente à região, ajudando a fixar pessoas, criando empregos.

Congratulamo-nos com a tentativa de reabilitação do centro histórico, tentando minimizar políticas de outros executivos que foram desastrosas para este casco urbano.

Uma palavra para as transferências e apoios à Freguesias que denotam a continuação de uma política de chapéu na mão, de subserviência dos senhores presidentes de junta, no fundo a discriminação do mundo rural em vez de se levar a efeito uma verdadeira e efetiva transferência de

competências e capital como a lei determina. Nada que nos espante, dado que esta política de discriminação em relação ao mundo rural tem sido apanágio dos diversos executivos liderados pelo PSD. Aqui fazer um parêntesis para a forma desrespeitosa com que este executivo tem tratado as Juntas lideradas por executivos eleitos pelo Partido Socialista, nomeadamente a Vila Izeda, o que em nada dignifica quem ocupa determinados cargos públicos.

Uma palavra para a dívida do município que aparenta alguma sustentabilidade, mas que continua a enfermar de resolução do problema da faturação da água com a empresa ATMAD e também nos imbrólios jurídicos que o município tem para resolver e que, fazendo fé na estimativa do último relatório de contas, pode vir a trazer sérias dificuldades para o município.

Certamente que este plano não será nem nunca seria o nosso plano visto que defendemos linhas de orientação estratégicas para o município bem diferentes. Por tal motivo votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Gilberto Baptista

“Voto favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, aqui apresentados, porque os mesmos, são equilibrados e realistas quanto aos pressupostos em que assentam as medidas neles elencadas, sendo também ambiciosos e geradores de projetos estratégicos e estruturantes para o nosso concelho.

Voto desta forma, por acreditar que com a implementação das medidas propostas, serão potenciados os recursos materiais e humanos de Bragança, no seu todo, de forma a alavancar o seu desenvolvimento e por verificar que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento fomentam uma aposta clara na regeneração e reabilitação urbana, no apoio à economia social, na dinamização e animação da zona histórica, no apoio ao tecido empresarial existente, no apoio à criação de novas empresas, no empreendedorismo qualificado, na consolidação do nosso potencial turístico reforçando investimentos na promoção tanto interna como externa, no apoio ao mundo rural, na aposta em investimentos visando a poupança energética e a sustentabilidade, no apoio às Juntas de Freguesia, no aprofundamento das parcerias estratégicas com as Instituições dos diferentes níveis de ensino aqui sedeadas, nas agremiações de índole desportiva, cultural e social, e em dar

continuidade ao nível dos serviços do Município às medidas que visam a sua modernização, administrativa, funcional e tecnológica.

O meu sentido de voto é consubstanciado pela análise detalhada do somatório dos números constantes no Plano de Atividades Municipais e no Plano Plurianual de Investimentos, e agregados nas Grandes Opções do Plano, onde verificamos que 41,72% serão alocados às funções sociais e 45,72% às funções económicas. O peso relativo atrás referido é importante porque dele transparece uma vontade muito forte de ajudar a sociedade no seu todo, particularmente os mais desprotegidos face aos difíceis tempos que vivemos. Por outro lado representa ainda uma consciencialização da importância de que se reveste o apoio ao desenvolvimento socioeconómico. O reforço da leitura conjuntural é dado pela verificação da variação de cada um dos agregados relativamente ao ano anterior e assim o investimento nas funções sociais cresce 52,07% e nas funções económicas cresce 45,52%.

Como nota conclusiva permito-me constatar e realçar com satisfação que este Orçamento é fiel ao programa eleitoral apresentado aos Brigantinos e sufragado em 29 de setembro de 2013 e por continuar a apostar prioritariamente na resolução dos problemas das pessoas que são e continuarão a ser os verdadeiros destinatários do trabalho dos autarcas democraticamente eleitos.”

Declaração de voto da Sra. Vereadora, Cristina Figueiredo

“Voto favoravelmente os documentos em que estão inscritas as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o Município de Bragança relativas ao Ano de 2015, por considerar existir rigor na sua elaboração e os mesmos refletirem uma aposta contínua no desenvolvimento sustentado do concelho, devidamente adequada à atual conjuntura socioeconómica.

O documento contempla um conjunto de medidas que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, nomeadamente através do alargamento dos apoios sociais a instituições, a famílias carenciadas e, predominantemente, da ação social escolar.

Considero estarem refletidas as opções de uma gestão cuidada e realista, tão necessárias quanto exigidas no contexto atual.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“O documento em apreciação demonstra de um ponto de vista estratégico os desafios que o município enfrenta nos próximos anos. Apesar das ainda fracas perspectivas económicas como se pode verificar pelos dados previsionais do OE para 2015, este Plano de Orçamento agora em discussão para o triénio 2015-2017, é exigente cuja adjetivação “Orçamento Real”, não deixando de ser ambicioso e um forte sinal de esperança, consegue na minha opinião salvaguardar as necessidades da população e ao mesmo tempo permitir uma redução da dívida existente.

Após uma análise ao documento, de uma forma geral podemos afirmar que:

- Estrategicamente o município possui suficientes pontos fortes potenciais exponenciadores de oportunidades, muito embora algumas ameaças, principalmente aquelas que não são controláveis na ação do executivo.
- Os objetivos estratégicos para 2015-2017 apresentam um desafio tendo em conta a situação económica de Portugal e da Europa, desafios esses que obrigarão a um total comprometimento por parte de todos os intervenientes, em particular os que têm responsabilidades em Câmara e por parte da população;
- As linhas de orientação municipais para 2015-2017, principalmente na vertente coesão social e Ação social, embora desafiadoras, refletem uma preocupação premente do executivo para com as famílias mais carenciadas do nosso concelho.
- Mostra também uma preocupação ao nível da oferta cultural, com a manutenção e dinamização de diversos eventos, que tem tido um reconhecimento por parte dos Cidadãos, como elemento diferenciador e fonte de valor acrescentado.
- Importa também referir o pendor reformista no que concerne à reabilitação urbana demonstrado com a valorização do centro histórico.

Salientar de forma incontornável a preparação para responder positivamente às prioridades do Município, nos desafios estratégicos “Europa 2020”

Finalmente e como referi anteriormente toda a vertente estratégica presente neste documento, fruto de uma gestão que aposta no rigor e na

responsabilidade como caminhos essenciais à obtenção de melhores resultados, é conseguida, permitindo também uma redução ao nível da dívida do município.

Ao nível da gestão da dívida do município assiste-se a um esforço por parte do executivo para que esta diminua progressivamente. As previsões indicam uma redução da dívida global de 16,14%, estando parte desta redução associada à amortização de empréstimos a médio e longo prazo contratados antes de 31/12/2013.

Nesse sentido e graças a uma gestão criteriosa é possível verificar que não só o município se encontra abaixo do limite de endividamento imposto pela Lei n.º 73/2013, como foi possível para 2014 aumentar a margem da dívida para um total de 20%, existindo ainda uma margem por utilizar que ultrapassa largamente o 5M€.”

PONTO 2 - PROPOSTA DA DÉCIMA QUINTA MODIFICAÇÃO – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; TERCEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E TERCEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO 2014

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente a Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, Terceira Revisão ao da Despesa, Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Terceira Revisão ao Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014.

As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

No caso em apreço e tendo como propósito ajustar, de forma mais realista, o valor do Orçamento Municipal à sua execução regista-se uma diminuição global da Receita (inerente à sua não realização, tal como inicialmente previsto, com a Venda de Bens de Investimento) e uma diminuição global da Despesa (devido ao facto de a contratualização de empreitadas e aquisição de bens de imobilizado ter-se efetuado por valores inferiores aos esperados, bem como diminuição do montante dos apoios concedidos).

A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base:

1. Na ótica da Receita,
 - a. A diminuição, no valor de 1 353 600,00 euros, da previsão da rubrica 090101 – Vendas de Bens de Investimento – Terrenos – Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras.
2. Na ótica da Despesa,
 - a. A diminuição, no montante de 29 000,00 euros, da dotação da rubrica 0302/07010602 associada ao projeto do PPI n.º 1/2006 – Aquisição de Viaturas Ligeiras;
 - b. A diminuição, no montante de 15 000,00 euros, da dotação da rubrica 0302/07010602 associada ao projeto do PPI n.º 4/2006 – Grandes Reparações em Equipamento;
 - c. A diminuição, no montante de 20 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/07011002 associada ao projeto do PPI n.º 35/2010 – Aquisição de Equipamento Ligeiro e Pesado para Proteção Civil;
 - d. A diminuição, no montante de 120 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 7/2008 – Passeios Diversos na Cidade;
 - e. A diminuição, no montante de 5 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 4/2012 – Construção da Circular Interior – Troço de Ligação à Avenida Abade de Baçal;
 - f. A diminuição, no montante de 100 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030303 associada ao projeto do PPI n.º 11/2010 – Construção de ETAR's em França, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e outras localidades;
 - g. A diminuição, no montante de 50 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/07030307 associada ao projeto do PPI n.º 13/2010 – Construção e Beneficiação de Reservatórios de Água;
 - h. A diminuição, no montante de 40 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030312 associada ao projeto do PPI n.º 16/2010 – Obras de Beneficiação nos Cemitérios Municipais;
 - i. A diminuição, no montante de 60 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010406 associada ao projeto do PPI n.º 110/2002 – Conclusão da Bancada do Estádio Municipal e Arranjos Exteriores;

j. A diminuição, no montante de 70 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010499 associada ao projeto do PPI n.º 19/2010 – Zona Industrial das Cantarias - Fase II;

k. A diminuição, no montante de 80 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030308 associada ao projeto do PPI n.º 6/2007 – Pavimentação a Cubos de Granito em várias Aldeias;

l. A diminuição, no montante de 250 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030308 associada ao projeto do PPI n.º 21/2010 – Beneficiação e Pavimentação das Vias Municipais: EM 542 de Coelhoso ao Rio Sabor, EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela e de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos;

m. A diminuição, no montante de 135 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030308 associada ao projeto do PPI n.º 22/2010 – Beneficiação, Alargamento e Pavimentação das Vias Municipais: EM 521 de S. Pedro dos Serracenos a Alfaião, CM 1204 da EN 308 a Laviados;

n. A diminuição, no montante de 40 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010499 associada ao projeto do PPI n.º 6/2012 – Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias;

o. A diminuição, no montante de 300 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010405 associada ao projeto do PPI n.º 46/2006 – Ampliação e Remodelação do Parque de Campismo Municipal;

p. A diminuição, no montante de 4 600,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 6/2007 – Apoio à Construção e Conservação de Equipamento de Instituições e Outras do Interesse do Concelho;

q. A diminuição, no montante de 10 500,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 10/2007 – Apoio à Construção de Centros Sociais e Paroquiais;

r. A diminuição, no montante de 5 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/08050102 associada ao projeto do PAM n.º 14/2007 – Apoio à Requalificação dos Largos nas Aldeias;

s. A diminuição, no montante de 19 500,00 euros, da dotação da rubrica 0102/08050102 associada ao projeto do PAM n.º 20/2007 – Apoio à

Construção ou Melhoria de Polidesportivos em: Babe, Carragosa, Coelhoso, Grijó de Parada, Rio Frio, S. Pedro e outros.

Assim, o Orçamento para o ano económico de 2014, teve uma diminuição de 1 353 600,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor corrigido de 33 258 100,00 euros. O PPI teve uma diminuição de 1 314 000,00 euros passando a dotação corrigida a ser de 6 443 100,00 euros. O PAM teve uma diminuição de 39 600,00 euros passando a dotação corrigida a ser de 1 711 400,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Deliberado, por unanimidade, retirar para melhor análise.

PONTO 3 - APOIO ÀS FREGUESIAS

Conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual refere que compete à assembleia municipal, sob proposta câmara municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, pelo Sr. Presidente da Câmara foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos:

União de Freguesias de Parada e Faílde

A União de Freguesias de Parada e Faílde solicitou um apoio financeiro, no valor de 15.000,00 euros, para ajuda ao calcetamento de Largo na Rua do Carriçal, em Parada.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 57.750,00 euros.

Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 6.018.016,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de

15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia de Mós

A Junta de Freguesia Mós solicitou um apoio financeiro, no montante de 20.000,00 euros, para aquisição de terreno contíguo ao centro de convívio de Paço de Mós, no sentido de melhorar o acesso a essa infraestrutura e permitir a realização de eventos culturais e recreativos (convívios intergeracionais, jogos tradicionais, festas populares, entre outras).

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 74.448,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 6.003.016,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia Quintanilha

A Junta de Freguesia Quintanilha solicitou um apoio financeiro, no montante de 2.300,00 euros, para melhoria do caminho que integra a “Via de la Plata – Caminhos de Santiago”.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102.08050102”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 54.448,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.983.016,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 2.300,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para

efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia de Grijó de Parada

A Junta de Freguesia de Grijó de Parada solicitou um apoio financeiro, no valor de 25.000,00 euros, para execução da 1.ª fase das obras de ampliação do Cemitério de Freixedelo, visto, neste momento, já não haver espaço para a abertura de novas sepulturas.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 15/2007 “Apoio na realização de obras de beneficiação em cemitérios”, estando nesta data com um saldo de 25.000,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.980.716,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesias de Serapicos

A Junta de Freguesia de Serapicos solicitou um apoio financeiro, no valor de 15.000,00 euros, para ajuda ao calcetamento de Largo na Rua da Igreja, em Serapicos.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 42.750,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.955.716,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesias de Salsas

A Junta de Freguesia de Salsas solicitou um apoio financeiro, no valor de 12.500,00 euros, para ajuda ao arranjo do Largo contíguo à Sede da Junta de Freguesia.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 27.750,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.940.716,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 15.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

União de Freguesias de Castrelos e Carrazedo

A União de Freguesias de Castrelo e Carrazedo solicitou um apoio financeiro, no valor de 10.000,00 euros, para calcetamento do caminho de acesso ao Santuário do Santo Amaro, em Alimonde.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação dos largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de 15.250,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.927.216,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 10.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Junta de Freguesia de Nogueira

A Junta de Freguesia de Nogueira solicitou um apoio financeiro, no valor de 80.000,00 euros, para execução da 2.ª fase das obras de construção do

Polidesportivo de Nogueira, nomeadamente para a colocação da estrutura metálica e cobertura.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 20/2007 “Apoio à construção ou melhoria de Polidesportivos (...)”, estando nesta data com um saldo de cabimento de 100.000,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.917.216,12 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o), do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 80.000,00 euros, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Intervenção do Sr. Vereador, Victor Pereira

“No âmbito do pedido de apoio financeiro solicitado pela Junta de Freguesia Quintanilha, gostaria de referir que, esperamos que futuramente se pense numa intervenção no caminho de acesso ao Parque de lazer do Colado”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos pedidos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) e para os efeitos da alínea k), ambas do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Ao fim de mais de um ano de mandato finalmente vemos contemplado um e só um apoio a uma Junta de Freguesia liderada pelo Partido Socialista. Naturalmente o facto causa-nos alguma satisfação apesar do montante ser manifestamente pequeno, comparados com os apoios atribuídos a outras freguesias.

Bem sabemos que houve lapso na atribuição do apoio, já que o citado na certidão para esta reunião «melhoria do caminho que integra a “Via de la Plata – Caminhos de Santiago”, de acesso ao Parque de lazer do Colado» não é correto já que o apoio se destina à aquisição de um tubo para canalizar as águas pluviais do caminho que liga aos moinhos e também à fronteira, denominado *Via de la Plata*.

Ultrapassado o lapso, seria de todo o interesse para o concelho e para a freguesia, já que é das únicas praias fluviais do concelho, que brevemente aprovássemos em reunião de câmara o montante para a reparação e pavimentação do referido “Caminho do Colado”, à semelhança de outras reparações e repavimentações de caminhos já efetuados noutros pontos do concelho.

Votamos favoravelmente.”

PONTO 4 - APOIO A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Conforme o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual refere que compete à câmara municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente, depois de verificado pela Divisão de Administração Financeira, o seguinte pedido:

Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança

A Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança solicitou um apoio financeiro, no valor de 2.000,00€, para realização das primeiras Jornadas Ibéricas Sobre Violência Doméstica, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014, em conjunto com o Núcleo Distrital de Bragança da EAPN.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102.040701”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 2.143,98 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 5.928.216,12 euros.

Assim, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 2.000,00€, e a respetiva transferência a ocorrer em novembro de 2014.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido apoio, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pinela

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Nicolau de Pinela solicitou um apoio financeiro no valor de 2.500,00, para ajuda à requalificação do telhado da Igreja de Valverde.

A presente despesa tem cabimento no PAM para o ano de 2014, no projeto 06/2007 “Apoio à Construção de Equipamentos de Instituições e Outras de Interesse do Concelho”, estando nesta data com um saldo de 14.000,00 euros, e os fundos disponíveis ascendem a 5.837.216,12 euros.

Assim, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 2.500,00 euros, e a respetiva transferência a ocorrer em dezembro de 2014.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido apoio, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

PONTO 5 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA MELHORIAS HABITACIONAIS NA ZONA RURAL – 2.ª FASE (2014)

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

“Considerando que:

- No concelho de Bragança, existem vários grupos de risco que permanecem expostos a diferentes formas de pobreza e exclusão social.

- Nestes grupos de risco encontramos diferentes vulnerabilidades: as pessoas idosas (fracos recursos económicos, montantes baixos das pensões, isolamento e desintegração familiar); as famílias monoparentais; as famílias dedicadas à agricultura de subsistência (fracos retornos da atividade agrícola tradicional e familiar não remunerada); os grupos minoritários alvo de exclusão social (etnias ou grupos culturais alvo de acumuladas formas de estigma e processos de guetização); as pessoas portadoras de deficiência (fraca empregabilidade; forte dependência face a terceiros e baixos valores das pensões); os desempregados de média e longa duração (fracos recursos económicos e fracas prestações sociais); as pessoas empregadas com fracos níveis de qualificação e de instrução (remunerações mais baixas e exposição a trabalho precário); as pessoas empregadas na economia informal (não declaradas, sem proteção social, mercado de trabalho oculto e precário); as pessoas ou famílias com elevados níveis de endividamento (redução drástica do rendimento disponível para as funções familiares essenciais).

- A região de Bragança, na sua comparação face à realidade nacional, revela valores baixos em diferentes indicadores tais como: IRS per capita, RSI, valores médios anuais em todo o tipo de pensões;

- As características de uma parte significativa da população que reside nestes territórios são a desafiliação, desqualificação objetiva e a privação, associadas de forma mais marcante, nas zonas rurais, ao isolamento e rarefação da presença humana nas freguesias mais afastadas dos núcleos urbanos e à persistência de deficientes condições das habitações em contexto rural;

- Acresce que o índice de envelhecimento do concelho de Bragança em 2001 era de 140,2, para em 2012 assumir já o expressivo valor de 183,2. Estes dados significam que o peso da população idosa é crescente e assume-se claramente como um grupo de risco de óbvia priorização em diferentes tipos de resposta sociais destinadas a melhorar a qualidade de vida deste grupo etário, sendo o apoio a melhorias habitacionais uma frente prioritária para garantir as mínimas condições de segurança, higiene e habitabilidade;

- Segundo o programa Censos Sénior da GNR (2012), existiam no distrito de Bragança 2.442 pessoas em situação de isolamento, mais 900 do que os registados em 2011, sendo que 2.402 vivem sozinhos (98,4%), os restantes 40 idosos vivem em locais fisicamente isolados. Os três municípios com maior número de casos são: Vimioso (624), Torre de Moncorvo (450) e Bragança (365).

Parece-nos de óbvia importância social manter e reforçar o esforço de intervenção no domínio das melhorias habitacionais, especificamente as de carácter mais urgente, sendo que em 2014 o SEAS, em articulação com três Juntas de Freguesia da zona rural, priorizou três agregados familiares, para a 2.ª fase de apoios a melhorias, que carecem de intervenção muito urgente:

Prioridade	Requerente	Localidade	Freguesia
1.ª	Francisco António Galvão	Paçó de Mós	Mós
2.ª	Alcina da Piedade Rodrigues	Alimonde	União das Freguesias de Castrelos e Carrzedo

3. ^a	Elisabete Maltês Moreira Rodrigues	Coelhoso	Coelhoso
-----------------	---------------------------------------	----------	----------

O n.º 1, do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”, pelo que se mantém a aposta no apoio financeiro às Juntas de Freguesia para, em esforço de concertação e colaboração, tornarmos mais célere e próxima a atuação no domínio das melhorias habitacionais das famílias mais carenciadas do concelho de Bragança, melhorando os seus níveis de conforto e bem-estar.

Propõe-se, assim, que seja autorizada a atribuição de um apoio financeiro global de 12.250,00€ para realização de obras de melhorias habitacionais, distribuído da seguinte forma pelas Juntas de Freguesia:

Junta de Freguesia	Valor do Apoio	N.º de Cabimento	Classificação Orçamental
Mós	5.000,00 €	3741	PAM N.º 6/2012 0102/08050102 - Freguesias
União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo	4.250,00 €		
Coelhoso	3.000,00 €		

Total dos apoios financeiros **12.250,00 €**

Os fundos disponíveis ascendem na presente data a 6.018.016,12€, conforme consulta ao POCAL em anexo.

A atribuição deste apoio financeiro enquadra-se no artigo 5.º (Tipologias de Apoio), ponto 1.2, *apoio à melhoria do alojamento -materiais para obras de beneficiação – quando as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade*, do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, publicado pelo Aviso n.º 4113/2002 – 2.ª Série, de 17 de maio.

Em conformidade com o previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, - “deliberar sobre formas de

apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”- a competência para autorizar a presente despesa é da Exma. Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Lida a presente ata em reunião, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e vai ser assinada pelo Exmo. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias e pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier.
